

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Pesquisas com documentos de domínio público.

Comentários

O aspecto inédito deste livro é o seu foco na apresentação de metodologias utilizadas na pesquisas de documentos de domínio público referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes, particularmente relatórios de comissões parlamentares de inquérito sobre a temática.

Para sua composição seus autores revisitaram suas pesquisas acadêmicas realizadas no início dos anos 2000. A pesquisa Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI (2001), realizada por Sônia M. Gomes Sousa, tese de Doutorado em Psicologia Social no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, teve como objeto de estudo os discursos de depoentes ouvidos na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, para “apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil”, realizada entre os anos 1993 e 1994. A dissertação A exploração sexual comercial de adolescentes na Região Metropolitana de Goiânia: um estudo de depoimentos da CEI (2002), de Joselino Vieira dos Santos, foi apresentada ao programa de mestrado em Educação Escolar Brasileira da Universidade Federal de Goiás. O autor utilizou os depoimentos da Comissão Especial de Investigação da Câmara Municipal de Goiânia, realizada entre anos de 1997 e 1998, com o objetivo de investigar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade, estabelecendo as características desse fenômeno social no estado de Goiás.

Os dois estudos compõem uma unidade de análise metodológica de grande interesse para a pesquisa da área, na medida em que ambos estão circunscritos ao campo da Psicologia Social; abrangem as realidades nacional e local, uma vez que o primeiro foi realizado com base em depoimentos de uma comissão investigativa de âmbito nacional e o segundo com material de âmbito local; possuem focos diferenciados, mas complementares: o primeiro focaliza significados de prostituição infanto-juvenil e o segundo a caracterização do fenômeno da exploração sexual comercial na região metropolitana da capital do estado. Juntos eles mostram duas perspectivas metodológicas de análises de relatórios de comissões parlamentares investigativas da prostituição infanto-juvenil e sua exploração comercial.

A escolha metodológica de Sônia M. Gomes de Sousa pelo “estudo dos significados” de prostituição infanto-juvenil nos discursos de depoentes da CPI da Prostituição Infanto-Juvenil, como ficou conhecida, reverbera a perspectiva Vygotskyana, segundo a qual este tipo de estudo “possibilita o desvelamento e a compreensão da realidade” e tem potencial para “elucidar a rede de significados que ordenam a realidade dessa criança/adolescente”, expressa de forma múltipla e complexa na prostituição infanto-juvenil. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa se desdobram em três fases: analítico-organizativa, interpretativa e uma última fase chamada “interpretação da interpretação”. As principais conclusões do estudo revelam que a metodologia utilizada se mostrou adequada à organização temática dos depoimentos, à discussão dos conceitos mais significativos na temática, bem como, na etapa final, à utilização do exercício analítico interpretativo, com evidenciação do subtexto ético-político.

Joselino Vieira dos Santos, utilizando os documentos da CEI-Goiânia 1998, conseguiu, por meio dos dados pesquisados, não só comprovar a existência da prostituição, mas também produzir um perfil dos adolescentes explorados, mapeando algumas formas de organização da rede que explora sexualmente crianças e adolescentes. O autor utilizou como fontes complementares o Relatório do Inquérito Civil Público/1996 do Ministério Público de Goiás e

notícias de jornais diários e semanais da cidade. O principal procedimento metodológico se configurou no Roteiro de Coleta de Dados do material da CEI, elaborado para três grupos de depoentes: adolescentes, familiares e suspeitos de aliciamento. Os resultados permitiram caracterizar o fenômeno da exploração sexual, em várias de suas principais dimensões, a partir do material utilizado em Goiânia.

A Coordenação do Projeto Invertendo a Rota – Ações de Enfrentamento da Exploração Comercial Infanto-Juvenil em Goiás (Proinvert) executado pela Universidade Católica de Goiás em parceria com várias organizações governamentais e não-governamentais, incentivou os autores a retomarem suas pesquisas acadêmicas para a publicação deste livro por duas razões complementares: elas foram pioneiras nas modalidades de estudos investigativos de documentos de domínio público relativos a essa temática nos âmbitos nacional e local; além disso, aportaram contribuições concretas para a construção de procedimentos metodológicos sistematizados para o estudo deste tipo de fonte e temática. Essas contribuições guardam profunda atualidade e podem servir de estímulo e subsídio para a realização de novos estudos do gênero em outras partes do país.

A produção de metodologias para o enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil constitui-se na finalidade precípua do Proinvert, cujos objetivos são: (1) caracterizar o fenômeno da prostituição infanto-juvenil na área metropolitana de Goiânia; (2) construir e sistematizar metodologias de trabalho para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes; (3) contribuir para a quebra do ciclo da impunidade de crimes sexuais contra crianças e adolescentes; (4) monitorar, documentar e avaliar as ações de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Como se vê, esta publicação responde diretamente a esses objetivos.

O Proinvert se tornou viável graças ao convênio firmado entre o Fundo Municipal de Apoio à Criança e Adolescente (FMACA), vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos doados pela Companhia Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), em 2004. Nos seus dois primeiros anos o referido convênio foi desenvolvido e coordenado de forma colegiada por representantes das seguintes organizações: Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ) da Universidade Católica de Goiás (UCG), Fórum Goiano pelo Fim da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Prefeitura Municipal de Goiânia, por meio da Secretaria de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundação Municipal do Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA-GO) e Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). Encerrada a primeira fase do Projeto o Grupo Gestor se desfez em razão de mudanças na administração municipal da Prefeitura de Goiânia, e a Universidade Católica buscou outras parcerias para continuar o Projeto, particularmente da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República. As publicações que deveriam consubstanciar os resultados das várias frentes de trabalho do Projeto continuam sendo publicadas.

Este livro, o terceiro da série prevista, representa mais uma contribuição para o enfrentamento do problema de prostituição infanto-juvenil. Além de conferir mais visibilidade ao fenômeno, possibilita, com base nos referenciais da psicologia social crítica, ampliar a compreensão científica do fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Benedito Rodrigues dos Santos

Este é um livro fundamental, principalmente porque, por suas contribuições teóricas e metodológicas, se produz do lugar que a Psicologia em Geral e a Psicologia Social em particular devem ter quando assumem sua função de descortino, denúncia e recusa da barbárie e das formas de exclusão que se constituem nesses tempos de capitalismo tardio.

Uma parte substantiva da produção na área da Psicologia Social se caracteriza pelo predomínio dos modelos explicativos, adaptativos, conformistas e funcionalistas. Esse apelo causal e funcional vem constituindo esse campo – e também o da Psicologia em geral – como legitimador de práticas excludentes, de processos conformativos e adaptativos e, em especial, de explicações teóricas que também vêm se prestando, durante décadas, a estabelecer e conservar desenvolvimentos e processos estruturais de uma sociedade fundada na desigualdade. Nessa perspectiva, coube à Psicologia Social velar, conservar, explicar e legitimar esses processos. Esse projeto constituiu as bases do seu reconhecimento como ciência. Institucionalizada no quadro do capitalismo consolidado e em desenvolvimento, a Psicologia Social ganhou esse estatuto na medida em que cumpria as exigências de um modelo científico que subordina o objeto ao método, arbitra a neutralidade, a funcionalidade, o pragmatismo, o controle e a previsão, entre outros.

É certo que, já na sua origem, estavam disponíveis possibilidades teóricas e metodológicas que propunham outros modelos compreensivos/interpretativos da realidade. É certo também que esses modelos fertilizaram o campo, de forma a produzir análises e interpretações fundamentais da realidade. Contudo, o princípio dominante no campo da Psicologia seria o modelo pragmático e adaptativo, e conformar-se a ele significou o alto preço a ser pago para garantir o estatuto de ciência.

Somente a partir da terceira quadra dos 1900, ou seja, a partir dos desafios postos pelas contradições reais do desenvolvimento do capitalismo, que um enfrentamento mais sistemático da proposta positivista se apresentaria de maneira consistente. Isso implicou questionar paradigmas vigentes e dominantes, apropriar-se de autores que haviam produzido obras no contraponto dessa tendência, constituir novos modelos, propor metodologias que não subordinassem o objeto às metodologias instrumentais, questionar o objeto e o método no campo da Psicologia Social. Postulava-se então uma Psicologia Social que não se intimidasse diante da realidade. Esse programa científico seria especialmente fecundo na América Latina e repercutiria no Brasil de forma especial, criando, de fato, uma nova proposta teórica/metodológica que implicava um compromisso ético e político. Afinal, tratava-se de constituir uma Psicologia Social que enfrentasse o desafio da compreensão da realidade concreta e, ademais, que se comprometesse com a intervenção nessa realidade, assumindo enfrentamentos práticos e se posicionando contra todas as formas de exclusão.

Esse livro é expressão dessa posição e se constrói a partir desse lugar. E sua contribuição pode ser tomada por alguns processos e rupturas que apresenta. Dessas, destacam-se duas: o objeto investigado e a proposta de metodologia, que permitem, ambos, dar relevo ao sujeito excluído e restituir-lhe a palavra, uma inversão fundamental em que a metodologia se submete ao objeto a ser investigado.

Ademais, está em causa o enfrentamento de uma das mais notáveis expressões da barbárie contemporânea: a exploração sexual de crianças e adolescentes. Enfrentar o desafio de compreender e intervir nessa realidade é uma tarefa gigantesca e corajosa que os autores enfrentam ao mapear os estudos sobre a temática no Brasil e constituir um perfil da

prostituição infantil a partir dos documentos oficiais. Contudo, Joseleno Vieira dos Santos e Sônia M. Gomes de Souza não param aí e assumem um outro desafio importante: discutir uma metodologia que possibilite investigar e apropriar-se criticamente do conteúdo de documentos públicos.

A compreensão da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, a partir dos casos de Goiás, revela mais do que os processos e estruturas individuais e coletivos que poderiam estar referidos à singularidade goiana. Expõem processos universais que se articulam e permitem tomar o objeto investigado como emblema dos caminhos e descaminhos que a irracionalidade atual nos apresenta, cotidianamente, como racionais.

Assim, esse trabalho descortina, na especificidade goiana, a face universal e bárbara da manutenção de antigos e permanentes processos de legitimação da exclusão, ocultos na violência contra as crianças. E recoloca a Psicologia Social no lugar de onde jamais deveria ter sido retirada: no campo da investigação/compreensão da realidade social bem como da intervenção sobre essa realidade que abriga o sujeito concreto.

Anita C. Azevedo Resende